

A atividade produtiva da caprinocultura constitui grande importância para a região semi-árida do Nordeste do Brasil, proporcionando aumento na geração emprego e renda, além de garantir a fixação do homem à terra, diminuindo o êxodo rural e garantindo maior desenvolvimento da agricultura familiar. A produção de caprinos em regiões semi-áridas constitui uma das melhores alternativas para o agricultor familiar, principalmente no sertão nordestino. O Nordeste brasileiro apresenta um rebanho de cerca de 8,8 milhões de caprinos, o que corresponde a 93 % do total do país. Os maiores plantéis estão concentrados nos estados da Bahia, com 3,2 milhões de cabeças, Piauí, com 1,6 milhões de cabeças, Pernambuco, com 1,3 milhões de cabeças, e Ceará, com 0,8 milhões de cabeças. Estes rebanhos são constituídos em sua maioria por animais Sem Raça Definida (SRD),



Rebanho Sem Raça Definida (SRD)

que adquirirem rusticidade ao longo do tempo, perdendo em produtividade, quando comparado aos animais exóticos introduzidos no País pelos criadores de animais com elevado padrão genético. Mesmo assim, a pecuária caprina continua contribuindo para o desenvolvimento do Semi-Árido e, mais que isso, figura como atividade promissora para alavancar a renda dos agricultores familiares nordestinos.

Acreditando no sucesso desta atividade, o Governo Federal, através do Programa "Fome Zero", apoia a Embrapa Caprinos na implantação de Unidades Técnicas de Referências (UTRs). Estas são unidades pedagógicas, onde o conhecimento técnico e o do criador contribuem juntos para o desempenho da caprinocultura desde o sistema de alimentação até a produção animal.



Capacitação de criadores

O programa objetiva fortalecer a segurança alimentar, principalmente das populações mais carentes. O programa contempla o projeto envolvendo as Unidades Agrícolas de Base Familiar nos municípios de Pentecoste, General Sampaio,

Apuiarés e Tejuçuoca, localizados no Vale do Curu, no Estado do Ceará. Participam também como parceira as prefeituras destes municípios, a Federação da Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e as seguintes organizações não governamentais - ONGs: Serviços Técnicos Associados (SETA) e Conselho das Organizações Associativas da Microregião da Bacia do Curu (COAMBC).

A capacitação visa modificar o atual comportamento cultural dos criadores da região, os quais praticam a pecuária caprina de corte de forma empírica, extensiva e quase sem aporte tecnológico, o que ocasiona baixos níveis de produtividade.



Prática de castração

O diagnóstico feito pela equipe da Embrapa Caprinos, com recursos do programa "Fome Zero", indicou que o Vale do Curu apresenta potencial para exploração agrícola. Além de condições favoráveis ao desenvolvimento da caprinocultura em virtude da disponibilidade de água, dos bons solos, da existência de

estradas para escoar a produção e da proximidade dos centros consumidores. Contribui ainda o fato de a região estar próxima à Embrapa Caprinos.

Os pesquisadores envolvidos no projeto elegeram algumas tecnologias de fácil adoção, com linhas de atuação e diretrizes capazes de implementar a curto prazo o desenvolvimento, da caprinocultura na região. Pode-se citar:

1) Melhoramento dos rebanhos caprinos feito através de cruzamentos e seleção, utilizando-se matrizes Sem Raça Definida (SRD) e reprodutores da raça Anglo-nubiana;

2) Práticas de manejo da caatinga, como rebaixamento e enriquecimento, visando o aumento da disponibilidade de forragem ao longo do ano;

3) Formação de bancos de proteínas;

4) Adoção de manejo reprodutivo para obtenção de três partos a cada dois anos, proporcionando aumento da produção;

5) Descarte orientado e seleção de matrizes e reprodutores jovens para reprodução;

6) Castração e cuidados com as crias recém-nascidas;

7) Correta proporção macho/fêmea, além do uso da estação de monta;

8) Controle preventivo e curativo de doenças;

9) Calendários de vermifugação e de vacinação estratégicos, visando evitar mortes e perdas econômicas dos rebanhos.

Estudos apresentados até



Rebanho em pastagem cultivada

momento, concluem que o índice médio de mortalidade das crias ao nascer reduziu-se de 25% no sistema de criação tradicional, para 5% nas UTRs. Outrossim, a média de peso ao nascer das crias sofreu um incremento de 40%.



Equipe Técnica:

Francisco Luiz Ribeiro da Silva

Marcelo Renato Alves de Araújo

Francisco Beni de Sousa

Arlindo Luiz da Costa



Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Tiragem 1.000 exemplares

Edição Eletrônica: Alexandre César Silva Marinho, 1º ed., 2004